

Religiosidade afro-brasileira, educação para as relações étnico-raciais e a formação docente na perspectiva da sociointeratividade

Anderson Pereira Portugal¹, Mical de Melo Marcelino²

Resumo

O presente artigo relata a experiência extensionista “Estágios de vivência: cultura afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais”. Trata-se de uma iniciativa de inspiração sociointeracionista, que visou subsidiar processos de formação docente (inicial e continuada) antirracista, por meio de estágios de vivência em comunidades de tradição afro-brasileira. Para tanto, promovemos um dia de vivência, de forma que os professores puderam conhecer um terreiro de Candomblé, no qual realizaram atividades de leitura, assim como conheceram a dinâmica de funcionamento de uma comunidade de axé. Observamos que o contato com a comunidade receptora possibilitou a revisão de preconceitos e de estereótipos. Além disso, permitiu ao grupo aprofundar reflexões, visando à educação antirracista e a participação da escola no combate à intolerância religiosa e implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Palavras-chave

Estágio de vivência. Formação docente. Educação étnico-racial.

¹ Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território Sociedade e Turismo pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha; estágio pós-doutoral em Geografia Cultural/Geografia do Sagrado pela Universidade de Brasília, Brasil; professor associado II do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Cultura, Descolonialidade e Território (UFU/CNPq); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Diálogos com a Geografia Cultural (UFU), do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural (GEPTEP/UNESP), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação para as Relações Étnico-raciais e Ações Afirmativas (ICHPO/UFU) e da Red Internacional de Investigadores en Turismo, Cooperación y Desarrollo (Universitat Rovira i Virgili). E-mail: portuguez.andersonpereira@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil; professora adjunta no Instituto de Ciências Humanas, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise (GEPPEP/UFU) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Leitura, Escrita, Livros e Linguagens (GEPELL/UFU). E-mail: micalmm@gmail.com.

Afro-brazilian religiosity, education for the ethnic-racial relations and the teacher education in the socio-interactivity perspective

Anderson Pereira Portugal³, Mical de Melo Marcelino⁴

Abstract

The present article reports the extension experience “Stages of living: afro-brazilian culture and education for the ethnic-racial relations”. It is an initiative of socio-interactive inspiration that aimed to subsidize anti-racist processes of anti-racist teacher education (initial and continuing), through living stages in communities of afro-brazilian tradition. To this end, we promoted a day of experience, so that the teachers could get to know a Candomblé yard in which were performed reading activities, as well as getting to know the working dynamics of an axé community. We observed that the contact with the receiving community enabled the review of prejudices, stereotypes and allowed the group to deepen reflections, aiming at anti-racist education and school participation in the fight against religious intolerance and the implementation of the Federal Laws 10.639/2003 and 11.645/2008.

Keywords

Living stage. Teacher education. Ethnic-racial education.

³ PhD in Geography and Development: Territory Society and Tourism, Universidad Complutense de Madrid, Spain; post-doctoral internship in Cultural Geography/Geography of the Sacred at the University of Brasília-DF, Brazil; associate professor II at the Pontal Institute of Human Sciences, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; leader of the Study and Research Group on Culture, Decoloniality and Territory (UFU/CNPq); member of the Study and Research Group Dialogues with Cultural Geography (UFU), Study and Research Group on Tourism in Rural Areas (GEPTER/UNESP), Nucleus of Studies and Research in Education for Ethnic-Racial Relations and Affirmative Actions (ICHPO/UFU) and International Network of Investigators in Tourism, Cooperación y Desarrollo (Universitat Rovira i Virgili). E-mail: portuguez.andersonpereira@gmail.com.

⁴ PhD in Education, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; adjunct professor at the Institute of Human Sciences, Campus Pontal, Federal University of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil; member of the Study and Research Group on Written Production and Psychoanalysis (GEPPEP/UFU) and Study and Research Group on Reading, Writing, Books and Languages (GEPELL/UFU).E-mail: micalmm@gmail.com.

Introdução

O presente artigo traz um relato da experiência extensionista realizada entre os anos de 2019 e 2020, intitulada “Estágios de vivência: cultura afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais”. O projeto recebeu, em abril de 2022, o “Prêmio Paulo Freire de Destaque em Atividades Extensionistas”, concedido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O projeto que ora relatamos teve o objetivo de contribuir para a formação continuada de professores em atuação nas escolas de Ituiutaba (MG) e região, bem como na formação inicial de estudantes dos cursos de Licenciatura do campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia. De acordo com Pinto (2018), o racismo é uma das marcas da herança colonial portuguesa no Brasil e afeta o povo brasileiro de diversas formas. Indígenas (povos originários), negros (descendentes de escravizados), refugiados e imigrantes vêm sofrendo cotidianamente os impactos da mentalidade colonial eurocêntrica, que marca tão profundamente a cultura brasileira.

Segundo Leites (2012), desde a década de 1980, os movimentos sociais antirracistas têm se consolidado no Brasil e, no atual século, ganharam fôlego e poder de mídia. Somam-se a isso importantes mudanças políticas que surgiram na primeira década do século XXI, quando é implementada uma série de políticas afirmativas, ou seja, o conjunto de políticas públicas que visa a proteção de grupos sociais minoritários subalternizados historicamente no Brasil. Tais ações afirmativas buscam, então, reparar minimamente as consequências da mentalidade colonial que criou na sociedade brasileira uma série de comportamentos racistas, homofóbicos, machistas, xenófobos, sexistas, entre outros.

A emergência das políticas afirmativas criou bases para promoção de processos educativos mais inclusivos, antirracistas e menos eurocentrados. As principais ações afirmativas foram: Lei Federal Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006); Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003); Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010); Lei de Cotas para o Ensino Superior (Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012); e para concursos (Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014), entre outros aparatos legais.

Nesse sentido, a ação extensionista por nós empreendida visou à implementação das Leis Federais nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008. Essas leis tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em

escolas públicas e privadas dos ensinos Básico, Fundamental e Médio do Brasil. As Universidades também inseriram tais conteúdos em suas grades curriculares, de modo que os cursos de Licenciatura têm se mostrado como os mais engajados na discussão das questões étnico-raciais no âmbito da educação em nosso país.

Entretanto, passados quase 20 anos desde a assinatura da Lei Federal nº 10.639/2003, observamos que o cumprimento efetivo dessa lei ainda se constitui um desafio às escolas no que concerne à construção de práticas coerentes com uma educação para as relações étnico-raciais. As referências culturais africanas, indígenas e afro-brasileiras vêm passando por um amplo e frutífero processo de ressignificação, o que tem produzido um novo olhar sobre a África e as suas influências na sociedade brasileira (PEREIRA, 2012). Porém, não há dúvidas que alguns aspectos da história e da cultura dos povos subalternizados ainda são tratados de forma bastante preconceituosa no meio escolar.

Como nos ensina Nascimento (2012), a hegemonia do pensamento cristão é um dos aspectos mais marcantes da cultura brasileira. Entre os séculos 16 e 19, a Igreja Católica Apostólica Romana, aliada do Estado, firmou-se como a referência religiosa mais importante e legal presente no Brasil. Enquanto isso, os demais cultos religiosos, praticados por indígenas e por africanos escravizados, foram rejeitados, e suas divindades foram demonizadas ao longo do tempo.

Diante dessa realidade, as tradições religiosas africanas e indígenas tiveram muitos de seus fundamentos ressignificados pela imposição da fé cristã, resultando na marginalização dos grupos que conseguiram resistir ao apagamento intencional de suas tradições ancestrais. A pressão foi e ainda é tão intensa, que a religiosidade afro-brasileira e indígena é marginalizada até mesmo dentro dos movimentos negro e indígena. As diferentes formas de expressão do cristianismo desqualificam, desmoralizam, perseguem e marginalizam fiéis da Umbanda, do Candomblé, do Batuque, do Terecô, da Jurema Sagrada e de tantas outras manifestações da religiosidade afro-brasileira (CARNEIRO, 2014).

Nossa hipótese de trabalho, portanto, é de que a religiosidade afro-brasileira e indígena se tornou o principal obstáculo para a implementação das políticas afirmativas de cunho educacional. Os professores e os graduandos dos cursos de Licenciatura têm grande dificuldade em entender as referências culturais de caráter religioso, então, acabam por reproduzir em sala de aula atitudes de desprezo e discriminação em relação à Umbanda e ao Candomblé, por exemplo. O racismo religioso, assim, se mostra como um traço resistente e poderoso do pós-colonialismo no Brasil.

Para que tenhamos sucesso na divulgação e na discussão da cultura afro-brasileira, urge transcender a dimensão do conteúdo das diferentes disciplinas e experienciar os valores civilizatórios que organizam a cultura nas comunidades de axé, tomando contato com a visão de mundo que lhes é pertinente, sendo o aprendizado pela vivência um desses valores. Em outras palavras, é preciso que valores como integração, circularidade, ancestralidade, oralidade e força vital (SOUZA, 2007) sejam experienciados e não somente intelectualizados, para que sejam compreendidos e internalizados.

As comunidades afro-brasileiras, como as casas de religiões de matriz africana, as comunidades congadeiras, os quilombos e outras se oferecem como importantes espaços para a formação de professores comprometidos com a educação para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, com o combate ao racismo. Dialogar com tais grupos se oferece como possibilidade aos docentes em formação de experimentar o “pensar certo” naquilo que não se conhece, na direção de se dispor ao risco, aceitar o novo e, como consequência, ser capaz de rejeitar decididamente qualquer tipo de discriminação (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, este projeto de extensão contribui para a formação inicial de estudantes dos cursos de Licenciatura e continuada de docentes já em exercício nas redes de ensino de Ituiutaba e região, por meio da promoção de experiências singulares e do acesso à mitologia e às histórias de origem africana e afro-brasileira, o que possibilita a construção de conhecimentos que permitam repensar e modificar suas práticas pedagógicas, engajando-as na educação antirracista.

Ressalta-se que esta proposta articula, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que pretende ampliar o conhecimento dos envolvidos, propiciar significativas reflexões teóricas e intervenções no ambiente escolar. Mais ainda, por escolher o diálogo e a experiência como princípios norteadores, é possível afirmar que se aproxima do que Paulo Freire nomeou como “comunicação” (em contraposição a uma ideia de extensão em que uma das partes ocupa um lugar de passividade). Ao propiciar aos docentes em exercício, docentes em formação inicial e membros da comunidade de matriz afro-brasileira o diálogo, concordamos com Freire (1977, p. 36) de que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.

Dessa forma, nosso objetivo geral foi subsidiar processos de formação inicial de estudantes das Licenciaturas e formação continuada de professores que atuam na Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes estadual e municipal de Ituiutaba e região, por meio de estágios de vivência em comunidades de tradição afro-brasileira.

Em termos mais específicos, objetivamos realizar momentos de reflexão sobre a identidade e a cultura ancestral negra, tanto para os estudantes das licenciaturas do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia quanto para os professores já formados. Também buscamos compreender a religiosidade afro-brasileira como expressão cultural do povo brasileiro e como traço identitário que merece um tratamento adequado nos meios escolar e acadêmico, sem as amarras do racismo religioso, que reduz tais manifestações a meros excentricismos. Outro objetivo específico consistiu em elaborar material teórico-prático para subsidiar a ação do grupo de participantes em instituições de ensino de Ituiutaba e região.

Para o alcance dos objetivos (gerais e específicos), em termos metodológicos, procuramos desenvolver uma ação teórico-prática baseada na sociointeratividade vygotskyana.

A primeira etapa da ação consistiu na produção de um livro de apoio didático intitulado *Contos de uma África mítica: a educação pela oralidade nas religiões de matriz afro-brasileira*. Esta obra foi publicada em 2018 pela Editora Barlavento (PORTUGUEZ, 2018), antes, portanto, do projeto extensionista que ora relatamos. A obra traz uma série de pequenos contos ilustrados, que abordam os valores civilizatórios da cultura afro-brasileira, com especial enfoque para a cosmovisão e a cosmovivência das comunidades de axé.

Uma vez que a obra já estava pronta e disponível, pudemos passar para a programação de um final de semana de vivência, no qual os participantes (alunos de graduação e professores) seriam recebidos em um terreiro de Candomblé, para que pudessem conviver por um tempo com a comunidade receptora e, assim, inteirarem-se dos costumes dela. A programação consistia em um momento de acolhimento, apresentação do espaço sagrado, apresentação da história da comunidade, leitura do livro de apoio, almoço (comida tradicional de terreiro), proposição de intervenções nas escolas e na universidade, e encerramento. A vivência ocorreu no dia 30 de junho de 2019, das 8 às 17 horas e 30 minutos, ou seja, teve duração de uma manhã e uma tarde no domingo.

Os contos constantes na obra trazem diferentes situações nas quais os valores civilizatórios da cultura e da religiosidade afro-brasileira são apresentados. Uma vez discutidos coletivamente durante a vivência, pudemos passar a uma segunda etapa, que consistiu na organização de intervenções semelhantes a serem realizadas em escolas e instituições de ensino superior da cidade e região. Para tanto, os 40 participantes foram divididos em dez grupos de quatro integrantes, que puderam planejar as ações de intervenções a serem aplicadas, posteriormente, nas escolas.

Entre o segundo semestre de 2019 e os dois primeiros meses de 2020, os participantes puderam realizar as oficinas e, por fim, um evento de culminância foi programado para o final do primeiro semestre de 2020, quando os resultados das ações pós-vivência puderam ser socializados. Para este evento, convidamos membros de destaque nos meios religioso e acadêmico para tratar de temas relacionados aos valores civilizatórios da cultura afro-brasileira, assim como sobre racismo religioso e temas relacionados à educação para as relações étnico-raciais. Para a viabilização de nossas propostas, contamos com o fomento do PEIC 2019-2020 (Programa de Extensão e Integração UFU/Comunidade), da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFU).

Sociointeratividade, espaço sagrado e memórias ancestrais afro-brasileiras

Para a elaboração da metodologia empregada na atividade extensionista, partimos das propostas teóricas de Vygotsky⁵, que defende a interação do indivíduo com outros indivíduos e com os desafios do cotidiano como sendo a forma mais adequada de aprender a lidar com as dificuldades e, assim, buscar soluções por meio de ações conscientes e socialmente edificadas.

Vygotsky escreveu sobre a dimensão social do desenvolvimento dos indivíduos e acreditava que o ser humano se constituía como tal, em sua relação com o outro e com o todo social (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992). A abordagem vygotskyana é comumente

⁵ Lev Semenovich Vygotsky é o escritor que criou o pensamento sociointeracionista. Nasceu em 1896 na Bielorrússia, se graduou em Direito em 1917, passou a lecionar Psicologia Literatura em Gómel. Em 1925, contraiu tuberculose, mas, mesmo doente, escreveu a obra *Psicologia da arte* e organizou o laboratório de psicologia para crianças com necessidades especiais. Escreveu diversos livros e artigos em revistas científicas de Psicologia. Seu livro *Pensamento e linguagem*, de 1934, é considerado a sua obra mais relevante. Morreu em 1934. Seu trabalho se tornou internacionalmente relevante após a publicação de sua obra completa na década de 1980, quando se converteu em um dos pilares da Pedagogia e da Psicologia Social (PORTUGUEZ, 2010).

conhecida como sócio-histórica ou sociointerativista, e parte de sua obra é dedicada às mediações culturais nas relações do ser humano com o mundo. Nessa perspectiva, a cultura não pode ser vista como um sistema estático, mas como um palco de negociações em que seus integrantes estão constantemente se reinventando, reinterpretando e ressignificando suas experiências (OLIVEIRA, 2006). Assim, nota-se a importância de sua obra para a compreensão dos sujeitos como agentes da construção do conhecimento.

Partindo de princípios marxistas, Vygotsky acreditava que o modo de produção da vida material condiciona o cotidiano dos grupos sociais. Assim, os processos de trabalho e as relações locais com o ambiente constituem o processo mediador do ser humano com o seu ambiente (OLIVEIRA, 2006). A relação de um indivíduo com outros seres humanos é, portanto, enriquecedora, pois boas práticas decorrentes de experiências individuais, se potencializadas, podem se tornar boas práticas coletivas. Desse modo, observa-se a importância dessa base teórica para compreendermos e superarmos a exclusão social das comunidades tradicionais de matriz afro-brasileira.

De acordo com Pinto (2018), o meio social brasileiro foi construído historicamente a partir de relações hierarquizantes, de forma que as populações originária (indígenas) e diaspórica (africanos e seus descendentes) sempre foram tratadas de forma desumanizante e subalternizante. Confrontar os educadores com uma comunidade que sofre na pele o peso do preconceito (racismo religioso) cria a perspectiva de um novo olhar, pautado, agora, por uma maior empatia em relação aos povos de terreiros.

A hegemonia das religiões cristãs (Catolicismo e segmentos neopentecostais) criou no Brasil uma percepção coletiva de que as comunidades de terreiros são adoradoras do mal, do impuro e do perigoso. As práticas religiosas da Umbanda e do Candomblé, por exemplo, são demonizadas e publicamente desacreditadas. Assim, um afastamento resistente se estabeleceu entre a grande massa populacional e os praticantes de religiões afro-brasileiras, o que mantém o preconceito vivo nas relações sociais (PORTUGUEZ, 2022).

Partimos, então, do princípio de que todos os indivíduos e as experiências deles são importantes. Assim, assumir uma posição de escuta da voz e do posicionamento dos praticantes das religiões de matriz afro-brasileiras é, sem dúvidas, um importante passo para que os não praticantes possam estabelecer uma relação de maior empatia no que se refere aos grupos subalternizados pelo racismo, que, segundo Almeida (2020), constitui-se em uma das mais graves chagas que o período da escravidão afro-indígena legou à sociedade brasileira no tempo presente.

A formação que propusemos, que é de caráter sociointeracionista, possibilita o contato entre as comunidades de terreiros e os professores praticantes de outras religiões ou mesmo não praticantes de religião alguma. Assim, o medo socialmente construído em relação à Umbanda e ao Candomblé é afastado, e ao se conhecerem melhor, os docentes podem observar a comunidade receptora como uma legítima detentora de tradições culturais relevantes e humanizantes. Podem ainda constatar a dor que o preconceito provoca e, assim, reavaliar suas posturas como educadores, incentivando os seus alunos a abandonarem comportamentos discriminatórios.

Portanto, a vivência cultural realizada possibilitou uma experiência rica, orgânica, intuitiva, emocional, relacional e afetiva que expôs os docentes e estudantes de graduação aos sujeitos socialmente excluídos e, assim, puderam entender os pontos de vista, os desejos, as crenças, os modos de viver e de interagir com o todo social desses sujeitos. Entenderam ainda a dinâmica do espaço sagrado e deste com os demais territórios existentes na cidade.

Andar pelo complexo templário, ver como o terreiro é organizado, tocar nas plantas, sentir os cheiros das flores e da comida sendo preparada na cozinha, provar os sabores, escutar os sons, cantar o que lá se canta, dançar o que lá se dança, interagir com as pessoas e alimentar os animais de estimação foram atitudes que fizeram parte da vivência. Para Tuan (1981), o lugar, o espaço e a paisagem precisam ser experimentados de forma ativa e passiva, ou seja, as pessoas precisam agir conscientemente para conhecer o espaço que visitam (percepção ativa) e permitir que o conteúdo do espaço, como temperatura, sons ajam sobre elas (percepção passiva). Cria-se, assim, um contexto experiencial enriquecedor e complexo que municia os participantes da vivência para que possam falar de espaços religiosos semelhantes com maior propriedade para seus estudantes nas escolas de Ituiutaba. Passamos agora a descrever as etapas desta experiência.

A experiência da vivência cultural

A vivência cultural iniciou-se às 8 horas da manhã, quando os professores e os filhos do Axé Baba Olorigbin (comunidade religiosa tradicional de matriz afro-brasileira de Ituiutaba) se reuniram para iniciar juntos uma jornada construtiva de crescimento e estudos (Figura 1). Alguns dos professores são praticantes da Umbanda, mas outros nunca haviam entrado em um terreiro e a experiência se mostrou rica e transformadora. Estereótipos foram superados e o conceito de racismo religioso pôde ser mais bem explorado. A musicalidade

também foi utilizada na recepção dos presentes. Ritmos tradicionais foram entoados dando as boas-vindas aos visitantes.

Figura 1 – Professores e membros da unidade receptora



Fonte: Acervo do projeto de extensão (2019).

Acomodados no salão comunal, os professores e os demais participantes da vivência puderam se apresentar e falar de suas expectativas. Acomodaram-se em esteiras tradicionais em um grande círculo, reproduzindo um importante hábito dos terreiros, onde a circularidade é parte da cultura herdada de povos africanos.

Após a recepção, os visitantes foram conduzidos pelo sacerdote para as dependências do terreiro, onde puderam conhecer o complexo templário e entender o sentido da organização do espaço sagrado (Figura 2). Aprenderam também sobre as práticas fitoterápicas tradicionais, ainda mantidas nos terreiros.

Figura 2 – Visita guiada ao complexo templário e interpretação dos simbolismos existentes no território comunitário



Fonte: Acervo do projeto de extensão (2020).

Encerrada a exploração do complexo templário, todos se reuniram novamente no salão comunal do terreiro para serem apresentados à dinâmica da vivência, que consistiu em ler um livro de contos baseados em vivências afrocentradas e nos valores civilizatórios das culturas que foram introduzidas no Brasil durante o período colonial.

O livro *Contos de uma África mítica*, publicado em 2018, traz 14 contos que tratam de valores civilizatórios da cultura africana no Brasil: ancestralidade, antiguidade, circularidade, ciclicidade, resistência, resiliência, valorização da vida em família, maternidade, liberdade e outros.

O quadro que segue apresenta os títulos dos contos existentes no livro e os valores civilizatórios trabalhados em cada um deles. Cada capítulo foi ilustrado com desenhos elaborados pelo artista negro Iago de Paula Barbosa, que criou toda a arte visual do projeto com base em pesquisas sobre as tradições religiosas africanas e afro-brasileiras.

Quadro 1 – Contos afrocentrados e valores civilizatórios da obra *Contos de uma África mítica*

Conto	Valores civilizatórios
1. Alagbè: o contador de histórias.	A oralidade como traço cultural, seu papel na ordem social e na dinâmica da educação afrocentrada.
2. Iroko o e papagaio-da-costa.	Gratidão e lealdade.
3. O feitiço que se voltou contra a feiticeira.	Respeito ao livre-arbítrio e lei do retorno.
4. A truculência do carneiro do Rei.	Compreensão, caridade e paciência.
5. Oxalá, o perdão e o silêncio.	Serenidade, compaixão e empatia.
6. Fidelidade e obediência.	Obediência, respeito à hierarquia e fidelidade ao grupo social.
7. Árvore que se curva, vento não quebra.	Humildade e resiliência.
8. O pássaro condenado à solidão.	Discrição, silêncio e autocontrole.
9. A perseverança agrada Irossun.	Resistência e perseverança diante das dificuldades da vida.
10. Exu é um bom professor.	Iniciativa, ação, realização e controle das expectativas.
11. A circularidade da vida.	O papel da circularidade na cosmovisão africana.
12. O altar dos ancestrais.	Ancestralidade e memória coletiva.

Fonte: PORTUGUEZ, A. P. (2018).

Após todos os textos terem sido lidos e discutidos, fez-se um intervalo para o almoço. Os participantes se alimentaram no próprio terreiro, que serviu uma feijoada completa, como se faz nas festas do Orixá *Ogun*. Puderam se alimentar do modo tradicional (no chão, sobre as esteiras, comendo em grupos circulares) ou na forma mais moderna, com o uso da mesa.

A comida é uma parte muito importante da vida social em terreiros, de modo que o intervalo para o almoço pôde ser utilizado para se trabalhar não só as tradições gastronômicas, mas também os hábitos e os costumes relacionados ao ato de se alimentar.

Após o almoço, os participantes foram organizados em grupos de três ou quatro pessoas e cada um releu e explorou um dos contos da obra. Inicialmente, o sacerdote leu e interpretou um dos contos e depois os demais textos foram explorados pelos grupos.

Os grupos puderam escolher a forma de apresentação dos valores civilizatórios contidos em cada texto: aula, teatro, poema, composição e outros. Porém, a discussão do texto foi a forma mais utilizada (Figura 3). Cada grupo apresentou suas conclusões para todos os participantes em uma roda final de debates.

Figura 3 – Socialização das discussões realizadas



Fonte: Acervo do projeto de extensão (2020).

Para finalizar, uma avaliação foi feita, momento em que cada participante expôs de que forma a vivência o transformou. Os grupos formados foram ainda incentivados (sem obrigatoriedade) a realizar vivências semelhantes em ambientes escolares e não escolares.

Após a avaliação, ficou decidido que uma nova vivência deveria ser realizada. Escolheu-se como tema a questão da musicalidade, dança e corporalidade na resistência negra contra o racismo no Brasil. Para esta nova vivência, que será realizada em 2022, um novo livro foi produzido.

Conforme já mencionado, para o encerramento do projeto, era prevista a realização de um evento – a terceira edição do Seminário “Diversidade, Religiosidade Afro-Brasileira e Questões étnico-raciais na Atualidade”. Inicialmente, além das conferências e mesas-redondas, haveria um espaço para troca de experiências, em que os participantes que quisessem/pudessem aplicar oficinas em suas escolas e locais de trabalho compartilhariam os resultados das suas intervenções. Com a pandemia de COVID-19 e a necessidade de entrarmos em isolamento social, optou-se por realizar o evento de forma remota, com a participação de sacerdotes, mestres de saberes, professores e pesquisadores sobre temáticas relacionadas à religiosidade, à educação para as relações étnico-raciais, à cultura africana e afro-brasileira.⁶

Considerações finais

De modo geral, considera-se que a ação extensionista relatada se constitui como uma experiência formativa dialógica, em que saberes e valores populares e comunitários puderam ser tomados de modo a contribuir com as discussões relacionados à educação antirracista, a necessidade de afrocentrar os debates escolares e à necessária contribuição da escola no combate ao racismo, ao preconceito e à intolerância religiosa.

Pensada inicialmente para os docentes da rede pública, a ação teve seu escopo ampliado quando recebeu também professores em formação inicial, gestores escolares (que também têm papel importante na construção de uma educação para as relações étnico-raciais) e profissionais de outros campos, como a Estética. Em contrapartida, para os integrantes da comunidade religiosa que recebeu a ação, além do papel de protagonismo em demonstrar/falar sobre suas práticas culturais, houve a oportunidade de vivenciar momentos de leitura mais sistemática, de comunicar aos docentes como gostariam de ver sua cultura abordada na escola e em outros espaços da sociedade.

Considera-se que a ação rendeu bons frutos, uma vez que o grupo já está preparado para uma segunda vivência, além de ter aberto portas para outros diálogos entre a Universidade, a comunidade de terreiro e a comunidade escolar e a possibilidade de comunicação desses resultados no âmbito acadêmico, com a produção de artigos sobre o

⁶ As palestras estão disponíveis no canal da Editora Barlavento (braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilé Asé Tobi Baba Olorigin): <https://www.youtube.com/channel/UC6eO91f8AZKAQaBrIcP0ECw>.

tema. Por outro lado, as dificuldades relatadas por alguns participantes que encontraram resistência para aplicar as intervenções no espaço escolar reiteram a importância de trabalhos como esse, no sentido de encontrar saídas para o enfrentamento do racismo religioso, da demonização das culturas africanas e afro-brasileiras e para a construção de uma educação que se disponha a ler o mundo a partir de outras perspectivas (além da europeia, já amplamente explorada na educação formal) que nos constituem igualmente do ponto de vista identitário e cultural.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaia, 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da igualdade racial. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

CARNEIRO, J. L. **Religiões afro-brasileiras: uma construção teológica**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FANTINI, J. A. (org.). **Raízes da intolerância**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FREIRE, P. 1977. **Extensão e comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITES, M. H. **A questão da raça e da diferença: um olhar sobre outros olhares**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012

NASCIMENTO, S. L. do. **Relações raciais e ensino religioso no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sociointerativo**. São Paulo: Scipione, 2006.

PEREIRA, A. M. **África: para abandonar estereótipos e distorções**. Belo Horizonte: Naddyala, 2012.

PINTO, F. **Umbanda, religião brasileira: guia para leigos e iniciantes**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

PINTO, F. **#Seliganapolítica: levanta favela! Vamos descolonizar o Brasil**. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2018.

PORTUGUEZ, A. P. **Geografía humana del bajo río Doce**. Ituiutaba: Barlavento, 2010.

PORTUGUEZ, A. P. **Contos de uma África mítica: a educação pela oralidade nas religiões afro-brasileiras**. Ituiutaba: Barlavento, 2018.

PORTUGUEZ, A. P. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira**. 2 ed. Ituiutaba: Barlavento, 2022.

SOUZA, M. de M. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon**. São Paulo: Summus, 1992.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Algés: Difel, 1981.

Submetido em 31 de agosto de 2022

Aprovado em 3 de outubro de 2022.